

LINEHAN, Peter

Historia e Historiadores de la España Medieval.

Salamanca: Ediciones Universidade Salamanca, 2012. 784 p. ISBN 978-84-7800-976-3

ERNESTO JANA

O editor teve a preocupação de, dado o volume da obra, fazer uma encadernação de origem. A mancha gráfica é agradável, mas um corpo de letra reduzido aliado a um papel quase “bíblia”, dá-nos de imediato a ideia de uma obra volumosa e densa. Originalmente publicado em 1993, foi em boa hora traduzido para espanhol. O protagonista é a Espanha dos sécs. VII ao XIV, vista pelos olhos dos historiadores variados, de Isidoro de Sevilha à história pós-franquista. Fundamenta-se na documentação e apoia-se num enorme aparato bibliográfico, cuja menção ocupa quase 70 páginas. Obra de referência, que é impossível de contornar para todo aquele que se debruça sobre a Idade Média de Espanha.

O autor foi convencido, diz o próprio, a passar para o papel toda uma visão sobre a história espanhola desde os visigodos até Filipe II. O resultado de 11 anos de trabalhos encontra-se explanado ao longo de dezassete capítulos. A formulação do cap. I, “Maneiras de olhar a história”, dá-nos desde logo uma ideia da densidade da reflexão que ocupou o autor durante mais de uma década. Tendo como exemplo o caso do rebelde Hermenegildo que morreu devido a diferenças políticas e que, em 1586, é santificado. Esta maneira de olhar os factos pode ser seguida através de crónicas várias, a que acrescem as opiniões e escritos das épocas seguintes, chegando um facto ao conhecimento da sociedade com uma roupagem que não é a sua. E este período da história hispânica, que medeia entre a morte de Hermenegildo e a reconquista árabe de 711, é importante para a afirmação de Espanha, pelo que desde cedo esteve na mira de cronistas e historiadores, como Peñalosa, Cortes Martinez Marina, que relacionaram o espírito de independência dos reis visigodos com o clima do norte. Menendez Pelayo relacionou o clima à disciplina. O resultado da Guerra Civil de 1936-1939 levou a novas e heróicas visões da Reconquista e do período de Filipe II, afinal momentos ímpares da história espanhola. A história pós 1975 leva a que tanto a ideia de nacionalismo como a de religião fossem consideradas elementos unificadores da história espanhola. Foram postos em causa, cada um *per se* e como tal deixaram de ter a importância que lhes fora dada no período franquista.

Peter Linehan dá especial atenção ao terceiro concílio de Toledo, dado que este é tido como o momento fundador da identidade nacional de Espanha. Só que esta identidade tem o duplo aspeto de ser política e religiosa e é este último aspeto que causa incómodo. Em causa, estava o trilhar de um caminho onde se notavam diferenças entre o arianismo e o catolicismo. Os nacionalistas do séc. XX ficaram embaraçados quando consagraram Recaredo como o precursor da identidade espanhola, em que muitos dos seus súbditos ganham direitos de cidadania graças a um sacramento ariano.

Igualmente estão em causa duas concepções de poder. Uma tinha origem nas *Instituciones* de Justiniano e outra achava-se plasmada no livro primeiro da *Lex visigothorum*. A primeira defendia que a *lex* era uma ferramenta do príncipe, enquanto a segunda dizia que o respeito pelas leis tanto

obrigava os príncipes como os súbditos. Esta conceção de poderes é sabido ser importante dado que a minoria visigoda está no poder governando uma maioria hispano-romana. Será que a pátria (futura Espanha) está unificada como concebem os historiadores do séc. XX? O autor analisa esta problemática ao longo das páginas 49 a 77, para, de seguida, se debruçar sobre a data mística de 711. Esta data é um culminar de atitudes, de conceitos e considerandos político-religiosos.

Em 681, durante o IV Concílio de Toledo, a monarquia vigente era o resultado de uma mescla de pormenores feitos entre o rei e o povo com uma sacralidade que só os bispos podiam proporcionar. A doença do rei Wamba e a problemática da sua sucessão põem tudo em causa. Há ainda um outro fator a ter em conta no futuro, que será a identificação do reino com a capital Toledo, facto a que a Igreja não terá sido de todo alheia e do qual até sairá beneficiada, pois o bispo toledano passará a ostentar o título de arcebispo. Não obstante os conflitos entre poderes laicos e eclesiásticos são observáveis através das atas dos concílios toledanos aos quais Peter Linehan dá minuciosa atenção. E, para além destes conflitos regionais estava ainda latente uma tensão entre a igreja hispânica e o papado, que os mesmos documentos toledanos nos dão a conhecer, por vezes pela ausência de referências a Roma. A adoção do cristianismo emanado pelo concílio de Niceia por parte das classes dirigentes visigodas não dá descanso a Roma. Os reis visigodos acreditavam que governavam a Hispânia com a ajuda dos bispos. Estes acreditavam no seu poder e Toledo acreditava que exercia a autoridade sobre a Hispânia. Na realidade, era Recaredo que, mais de 100 anos antes, tinha compreendido que para controlar a Hispânia havia necessidade de controlar as várias províncias e isso provou-se com a queda de Toledo após 711.

O arcebispo e a cidade, uma vez tombados perante um novo poder vindo de África, viam as províncias continuar a funcionar. A ideia de uma Espanha com uma fundação quase mítica implicará um reinterpretar da história deste período após a chegada de Franco ao poder, até porque os seguidores de Franco consideraram a Guerra Civil como uma moderna reconquista. Olvidam, contudo, aspectos essenciais como a guerra civil, visigodos, muçulmanos e espanhóis nessa infeliz comparação com o período medieval que comumente é chamado de Reconquista. Mas a Reconquista é desde logo alterada através de *nuances*, como sejam o local de enterramento de Recesvinto, antecessor de Wamba. O fito destas alterações no copiar das crónicas coevas e de alguma outra documentação é manter Toledo ou melhor a imagem de Oviedo como capitais e/ou centros de poder. Por volta de 880, estava já inventado o mito da reconquista espanhola, tendo Pelaio devolvido a liberdade ao povo cristão e o reino das Astúrias estava livre graças à Divina Providência. A Igreja crescia, mas a Igreja era fruto do controlo da moralidade dos súbditos por parte dos reis, sendo os templos o resultado visível desse controlo. Entretanto, a capital política mudou mais uma vez. Se durante o século VIII se situava em Oviedo, a partir de 914 passou para Leão. E este poder crescente de Leão assenta, alegadamente, na unção de Fernando I na catedral, segundo as crónicas. Uma vez mais, expurgados os elementos folclóricos, o autor atenta na manipulação das fontes, ainda realizada na época, de forma a dar importância à urbe. A questão de ungir o rei, costume visigodo, que foi transmitida à monarquia medieval, pode dever-se a funcionários da corte que terão registado os factos do seu tempo à maneira antiga, devido ao medo de sofrerem represálias.

Uma questão interessante que o autor aborda é a visão que a Espanha tem de si própria e como é vista pelo resto do mundo. Existe uma espécie de francofobia por parte dos historiadores espanhóis que remonta ao tempo do Papa Gregório VII, quando este comentou a situação política

espanhola perante elementos franceses. Após o fim do franquismo, esta mentalidade sofreu com os ventos de mudança. Ao nível interno, a Espanha viveu um tempo controverso e, muitas vezes, bélico, que leva a um Estado que acaba por ser o somatório dos poderes laico e religioso. Centraliza-se o poder nos bispos. As igrejas e mosteiros vão deixar de estar sujeitas a um qualquer poder laico, mas os bispos serão, em boa parte das vezes, elementos leais ao rei. A tudo isto se soma o interesse crescente do Papado sobre a Península Ibérica, dada a área territorial em causa. Obviamente que castelhanos e leoneses vão-se mostrar pouco agradados com esta crescente ingerência.

Peter Linehan dedica especial atenção aos 50 anos que medeiam entre 1085 e 1135, ou seja, entre a Reconquista de Toledo e a coroação imperial de Afonso VII. Só depois se debruça sobre toda a problemática do século XI. As duas datas (1085 e 1135) balizam uma Espanha cristã marcada por uma profunda crise, não tendo acontecido, por pouco, um novo 711. O evitar da crise deve-se aos próprios espanhóis, se atendermos aos cronistas castelhanos e aos francos, se lermos os historiadores franceses (mas não só). A par destas respostas baseadas na nacionalidade surgem respostas fundadas no aumento demográfico, no desenvolvimento tecnológico ou nas necessidades das elites. Contudo, é descurada, vezes a mais, a componente religiosa. A tese religiosa bem como o conceito reconquista serão postos em causa e novamente retomados nos sécs. XIX e XX. A verdade é que Toledo não voltou a recuperar a importância político-religiosa de outrora embora tentasse e muito à custa do apoio concedido pela Igreja de Roma. É durante este período que se assiste ao protagonismo d'El Cid Campeador, um moçárabe que, por duas vezes, foi exilado por Afonso VI por extravar as suas competências sem a necessária autorização régia.

Após a atenção dada a estes 50 anos, o autor redigiu um longo capítulo sobre aspetos vários do séc. XII. Um dos aspetos sobre o qual se debruçou foi a conquista de Lisboa e os esforços dos locais para convencer os cruzados que ajudaram na reconquista de Lisboa, pois era tão importante aos olhos de Deus como combater na Terra Santa. Os cronistas, no dizer de P. Linehan, pareciam estar pouco atreitos a relatar os acontecimentos recentes nem a historiar o que estava a acontecer com a prelazia. Também as querelas com a prelazia são objecto de reflexos neste capítulo, principalmente no que concerne às relações entre a Igreja e a sociedade ou ao valor do matrimónio sob o ponto de vista político. É ainda posto em evidência o facto de os reis de Castela governarem um espaço e não um reino segundo o conceito dos nossos dias. Também conceitos como fronteiras e reconquista são chamados à colação, pois se é certo que existiam não tinham nome. Eram tão-só realidades vividas diariamente. Toledo é novamente referido dada a sua importância na velha "Hispania" e que estava sofrendo alterações nos princípios de direito em que assentava o governo local.

Após uma excelente análise do séc. XII, Peter Linehan apresenta um capítulo subdividido em três partes sobre a história e os historiadores. São abordados, sob nova roupagem e considerando historiográficos, a história de Toledo, a sua prelazia, bem como a respetiva chancelaria. Raimond, chanceler de Afonso VIII, entre 1164 e 1178, reescreveu alguma da história sua coeva. Sobre o arcebispo Gonçalo Perez só regista a data da sua eleição para o arcebispado, ocorrida em 1184, e a sua morte em 1191. Este simples gesto serviu para memorizar este arcebispo. Também reescreveu a história do rei Wamba. Outros casos e situações são neste capítulo referidos, incluindo até novas menções sobre episódios da vida de El Cid. O mesmo Rodrigo tudo fez para dar de novo a Toledo a primazia, além de que a identificou com a própria Espanha. Da mesma época sobra-nos Lucas de Tuy ou Lucas de Leão, que teve sob os seus ombros defender a causa de Sevilha. É dada atenção

à forma como os reis foram aclamados mostrando a sua soberania, sendo que aspetos como a unção, coroação ou aclamação mereceram destaque.

O séc. XII é aqui bem tratado, não deixando o autor de enfatizar trabalho desenvolvido pelos historiadores espanhóis sobre Castela. O que pareciam pormenores começou a ter o estatuto de importância e a envolver personagens fundamentais na história castelhana e até transnacional. São os mesmos historiadores espanhóis que realçam a segunda metade do séc. XIII como um período fecundo de Castela, mas, em simultâneo, foi o início de um mau momento motivado por maus governantes. Coincide este momento com a passagem do registo da história nacional das mãos do clérigo para a própria coroa, sendo que a história de Castela passa a ser história dinástica. Mas também é o séc. XIII o momento de incertezas. Observamos, com interesse renovado, os considerandos do autor sobre as relações e conceções de poder entre a Igreja e o rei. Peter Linehan vai relatando a lenta construção do poder baseando-se numa sólida análise documental. Mas é a mesma documentação que começa a denotar alterações, pois em vez de escrever sobre os feitos dos reis começa a narrar os feitos de Espanha. Toledo e os seus arcebispos perdem poder real junto dos monarcas. O rei vai-se confrontando com os problemas oriundos de Toledo e dos respectivos arcebispos. O destino de Toledo assemelhou-se ao de Compostela. Começou a sofrer por estar nas periferias e foi decaindo. A perda efetiva de poder por parte da clerezia é observada pelo lento crescimento de devoções locais, e populares e a coroa espanhola aproveita-se de tal.

O séc. XIV poderá ter sido visto como um momento de viragem. Os reinos de Castela e Portugal aliam-se no sentido de expulsar os mouros da Europa além de olharem para os territórios fronteiriços do Norte de África. Em simultâneo, Castela olhava com outros olhos para Aragão, usando igualmente o estratagema do matrimónio. O papado terá tentado dissolver a aliança Portugal-Castela, consciente de que a Igreja estava em clara perda de poder. O papa já tinha compreendido que a nova ordem não seguia nenhum propósito religioso.

ALVES, Ivone Correia; CUSTÓDIO, Jorge; MARQUES, Margarida

*D. Diogo da Gama: subsídios para uma biografia: Prior-mor do convento de Cristo em
Tomar: administrador perpétuo do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra.*

[S.l.: s.n., s.d.] D.L. 2012. 153 p.

ERNESTO JANA

A obra em apreço foi editada em 2012, a acreditar no depósito legal. A ausência do ano de edição é apenas um dos pormenores negativos no que concerne aos aspetos formais da edição, que não do conteúdo. É de salientar, pela negativa, a ausência do ano de edição, já mencionado, do ISBN, e, espante-se, da própria editora. Sabemos, apenas, como atrás foi dito, a data de edição obtida através do depósito legal 345059/12 (sendo que por vezes difere do ano verdadeiro em que uma dada obra foi editada). No caso em apreço, sei que este ensaio foi apresentado a 10/6/2012